

Política espacial receberá R\$ 2,2 bi de investimento

30/03/12 - A política espacial do País deverá receber R\$ 2,2 bilhões até 2015. Os recursos, previstos no plano plurianual, serão usados para colocar em prática três ações prioritárias: a construção do centro de lançamento, de veículos lançadores e de satélites, principalmente aqueles que atendam às demandas concretas dos ministérios, afirmou o diretor em exercício da Agência Espacial Brasileira (AEB), Thyrso Villela.

[Siga a SECTAM no twitter!](#)

Segundo o site Contas Abertas, somente neste ano serão liberados R\$ 422,3 milhões. Do orçamento destinado à AEB, 6% foram empenhados, disse Villela.

A maior fatia do orçamento vai para a implantação do complexo espacial de Alcântara (MA). Pelo levantamento feito pelo Contas Abertas, é de R\$ 112.011.455 - dos quais R\$ 14.576 foram empenhados.

Além da construção da base de lançamentos, outro ponto considerado prioritário é terminar o projeto Cybers 3, um projeto que vem sendo feito em cooperação com o governo chinês.

Villela explica que o cronograma do projeto está em dia e o lançamento deverá ocorrer no fim do ano. "Equipes tanto da AEB quanto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) já estão na China, para completar o desenvolvimento."

No fim do ano passado, ganhou força dentro do governo a criação do Conselho Nacional de Política Espacial, vinculado à Presidência da República. Villela afirma, no entanto, que discussões sobre o assunto ainda estão em fase inicial.

O tema deverá ser debatido na próxima reunião do Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira, marcada para abril. A ideia é que o conselho nacional seja formado por ministros, ao contrário do que

ocorre atualmente com o conselho superior, que tem entre em seus quadros integrantes de ministérios de diferentes hierarquias.

“O Conselho Superior vai definir políticas, prioridades”, definiu o diretor em exercício da AEB. A expectativa é que o projeto do novo conselho esteja formatado no próximo semestre.

Demandas das pastas - Uma das preocupações é a de fazer com que a política espacial do País atenda às demandas dos diferentes ministérios. “As necessidades são várias. Satélites para agricultura, para as Forças Armadas, para o meio ambiente e a defesa civil, por exemplo.”

Outra prioridade do programa espacial brasileiro é a capacitação de profissionais para a sua sustentabilidade.

A importância dessa estratégia está refletida no seu próprio orçamento. Duas ações, Desenvolvimento de Competências e Capital Humano para o Setor Espacial e Capacitação de Especialistas do Setor Espacial, devem aplicar, juntas, R\$ 3,5 milhões neste ano.

Fonte: Jornal O Estado de São Paulo